



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

| | |
|------------------------------|------------------------------------|
| Processo TC | 5457/989/19 |
| Poder | LEGISLATIVO |
| Município | Porangaba |
| Entidade | CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGABA |
| Período | 06/2019 |
| Relator | Dr. Sidney Estanislau Beraldo |
| Unidade Fiscalizadora | UR-09 UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA |
| Responsável | CARLOS ROBERTO DA COSTA |
| Cargo | PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL |
| CPF | 072.932.938-01 |
| Período de Gestão | 01/01/2019 a 31/12/2020 |

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº 02/2016 e na Ordem de Serviço SDG 01/2017, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

| Tipo de Documento | Mês | Ano |
|---|------------|------------|
| Atualização do Cadastro Geral de Entidades Mensal | 6 | 2019 |

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

| Órgão | RP Proces | RP Não Proces |
|-------------------------------|-----------|---------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGABA | R\$ 0.00 | R\$ 1.710,74 |

Movimentação no Exercício

| Nome Órgão | Inscrições | Pagamentos | Cancelamentos |
|-------------------------------|------------|--------------|---------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGABA | R\$ 0.00 | R\$ 1.710,74 | R\$ 0.00 |

Posição atual

| Nome Órgão | RP Proces | RP Não Proces | Red Esperada |
|----------------------------------|--------------|------------------|-----------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGABA | R\$ 0.00 | R\$ 0,00 | R\$ 427,68 |

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

| Período | Desp. Pessoal | RCL | % Gasto | % Ref. |
|---------|----------------|-------------------|---------|---------|
| 6/2019 | R\$ 933.841,87 | R\$ 27.613.638,34 | 3,3818% | 3,3818% |

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2019, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 3,3818%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

| | |
|--|----------------|
| Disponibilidade Financeira no final do período | R\$ 115.065,89 |
| (-) Saldo de Restos a Pagar até o período | R\$ 0,00 |
| (-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período | R\$ 0,00 |
| (-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar | R\$ 996,19 |
| (=) Liquidez do Período | R\$ 114.069,70 |

| | |
|---|----------------|
| (+) Saldo da Receita Prevista a Realizar | R\$ 677.680,68 |
| (-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar | R\$ 791.569,74 |
| (-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar | R\$ 0.00 |
| (=) Liquidez Projetada | R\$ 180,64 |

O resultado de liquidez acima apresenta superávit, tanto no resultado atual do período, quanto no projetado para o exercício, revelando uma situação favorável frente ao adimplemento dos compromissos já assumidos, não se visualizando o comprometimento da execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, não necessitando, portanto, da expedição de alerta quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 49,03%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

| | |
|--|----------------|
| Repasse total da Prefeitura | R\$ 677.499,96 |
| Despesas com inativos e pensionistas | R\$ 26.439,39 |
| Despesas com folha de pagamento | R\$ 345.627,46 |
| Despesa com folha/Transferências realizadas | 49,03% |
| Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000) | 70,00% |

2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

| | |
|--|-------------------|
| Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP) | R\$ 20.987.657,78 |
| Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP) | R\$ 21.287.474,19 |
| Despesa total com remuneração de Vereadores | R\$ 144.576,16 |
| Limite art.º 29-A da CF/88 | 5,00% |
| Apuração do limite (sem CIP) | 0,69% |
| Apuração do limite (com CIP) | 0,68% |

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,68%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

| | |
|----------------------------|------|
| População do Município (*) | 9565 |
|----------------------------|------|

| | |
|--|-------------------|
| Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP) | R\$ 20.987.657,78 |
| Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP) | R\$ 21.287.474,19 |
| Percentual Máximo Permitido | 7,00% |
| Valor Permitido para Repasses | R\$ 1.490.123,19 |
| Total de Despesas do exercício | R\$ 536.990,87 |
| Percentual Apurado (sem CIP) | 2,56% |
| Percentual Apurado (com CIP) | 2,52% |

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 2,52%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 31/07/2019
Hora da Geração: 21:46:53